

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 20-12-2021.

---

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e cinquenta minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Kaká D'Ávila, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 02 e 03 apostas ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/21. Foram apregoados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 257/21, de autoria de Daiana Santos, Andréa da Matta, Natasha Ferreira, Giovanni e Coletivo e Ton Falcão, e 576/21, de autoria de José Freitas, e o Projeto de Resolução nº 066/21, de autoria de Márcio Bins Ely (Processos nºs 0642, 1298 e 1162/21, respectivamente). Foram apregoados os Ofícios nºs 3411, 3412 e 3413/21, do Prefeito, respectivamente solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei do Executivo nºs 045 e 047/21 e encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 055/21 (Processos nºs 1140, 1170 e 1344/21, respectivamente). Em votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21 (Processo nº 0947/21). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto

Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Leonel Radde, Matheus Gomes e Daiana Santos, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DOZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Karen Santos e Laura Sito, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Claudio Janta e Matheus Gomes, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DOZE VOTOS SIM e VINTE VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Moisés Barboza e Matheus Gomes, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir

Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, Matheus Gomes e Jonas Reis, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E UM VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Daiana Santos, Gilson Padeiro e Comandante Nádia, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo, Gilson Padeiro e Jonas Reis. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por VINTE E UM VOTOS SIM e ONZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário e votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/21, por VINTE E QUATRO VOTOS SIM e DOZE VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às treze horas e um minuto,

constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Comandante Nádia e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Bom dia a todos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, vamos dar início aos trabalhos desta nossa sessão extraordinária. Peço que o diretor Luiz Afonso proceda à chamada nominal para darmos início aos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 09h50min:** Havendo quórum, passamos à

#### **ORDEM DO DIA**

**VEREADOR KAKÁ D'ÁVILA (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 153/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Kaká D'Ávila. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02 e 03 ao PELO nº 004/21.

Aprego o PLL nº 257/21, de autoria das vereadoras Daiana Santos, Andrea da Matta e Natasha Ferreira e dos vereadores Giovani e Coletivo e Ton Falcão.

Aprego o PLL nº 576/21, de autoria do Ver. José Freitas.

Aprego o PR nº 066/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

Aprego Ofício nº 3411/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 045/21.

Aprego Ofício nº 3412/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, solicitando a retirada de tramitação do PLE nº 047/21.

Aprego Ofício nº 3413/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, encaminhando o PLE nº 055/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Concluído o pregão, passaremos à votação do PLCE nº 024/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Informamos que o PLCE nº 024/21 já teve a sua discussão geral encerrada. Passaremos agora à votação das Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, todas destacadas.

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0947/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/21**, que define Regime Urbanístico para as Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 078 da Macrozona (MZ) 08, altera os limites das Subunidades 07 e 08, exclui a Subunidade 12 e renomeia a Subunidade 11, que passa a ser denominada Subunidade 09, todas da UEU 080 da MZ 08, define Regime Urbanístico para as Subunidades 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da UEU 080 da MZ 08, constantes no Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), estabelece contrapartidas para o Parcelamento do Solo do empreendimento “Fazenda Arado Velho”, revoga a Lei Complementar nº 780, de 20 de novembro de 2015, e dá outras providências. **(SEI 118.00293/2021-31)**

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

### **Observações:**

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, do Ver. Airto Ferronato (líder da Bancada do PSB);
- com Emendas nºs 02 e 03 (destacadas), dos Vers. Aldacir Oliboni (vice-líder da Oposição), Roberto Robaina e Jonas Reias e das Ver<sup>as</sup> Karen Santos, Daiana Santos e Fran Rodrigues;
- com Emendas nºs 04 e 05 (destacadas), dos Vers. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT), Roberto Robaina e Jonas Reias e das Ver<sup>as</sup> Fran Rodrigues, Daiana Santos e Karen Santos;
- com Emendas nºs 06 e 07 (destacadas), do Vers. Roberto Robaina (líder da Bancada do PSOL) e das Ver<sup>as</sup> Karen Santos E Fran Rodrigues;
- com Emenda nº 08 (destacada), das Ver<sup>as</sup> Bruna Rodrigues (líder da Bancada do PCdoB) e Daiana Santos;
- com Emenda nº 09 (destacada), da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo (líder da Bancada do PSD);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;

- encaminharam a Emenda nº 02 os Vers. Roberto Robaina (PSOL), Jonas Reis (PT), Mauro Pinheiro (PL) e da Ver<sup>a</sup> Karen Santos em 02-12-21;
- incluído na Ordem do Dia em 22-11-21 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Presidente Márcio, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, iniciamos a votação hoje do PLCE nº 024/21, que é o projeto que trata da Fazenda do Arado. Eu, mais uma vez, apresento uma emenda, a Emenda nº 01, e essa emenda teve por base, Ver. Cecchim, a mesma emenda que apresentei quando se discutiu o Estaleiro Só, que foi aprovada, à época, que deu bastante repercussão, e que hoje é uma realidade. O que nós estamos prevendo lá para o Arado? Será preservada a área pública junto à orla, com largura máxima de 60 metros, com acesso universal da população. O que nós pretendemos? Pretendemos que lá naquela obra, grande obra, se reserve um espaço urbanizado para acesso dos porto-alegrenses, essencialmente de qualquer um. Compreendemos que uma obra dessa magnitude, essa reserva de 60 metros, aliás, é a regra estabelecida pela Constituição Federal, que às margens de rios o espaço mínimo preservado é de 60 metros. E aqui em Porto Alegre se inventou agora que o Rio Guaíba não é mais Rio Guaíba, é Lago do Guaíba, por quê? Porque sendo rio a preservação é de 60 metros e sendo lago é 30 metros de preservação. Como existe esse encaminhamento do lago, que eu discordo, aqui é rio para mim, é necessária a aprovação dessa emenda porque ela preserva 60 metros de orla, e isso é positivo para o próprio empreendimento, e é muito importante para o cidadão – homem, mulher ou criança de Porto Alegre – que tenha um espaço que é público para acesso universal. Portanto, muito rapidamente, estamos pedindo que os vereadores e vereadoras votem favoráveis à emenda, porque ela delimita um espaço mínimo para os cidadãos e cidadãs. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 024/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, público que nos dá a honra da presença; este projeto marca, e de maneira indelével, ou seja, para sempre e de forma negativa, o que é bem pior, a história de Porto Alegre. Nos chama atenção, infelizmente, que se dá nos 250 anos da cidade. A Ponta do Arado é uma área de preservação ambiental histórica e comunitária. Nós temos ali na Ponta do Arado todo um trabalho em relação à vegetação dali, que é especial, não é única, mas é especial dali. Nós temos ali os aspectos históricos da casa

onde morava Breno Caldas e nós temos ali principalmente a questão indígena, que nós retomaremos daqui a pouco em outra emenda. O que coloca nesta emenda aqui o Ver. Airto Ferronato, com o nosso integral apoio, é uma preservação dessa área junto à orla, com largura mínima de 60 metros. E digo mais, Ver. Ferronato, se não passa essa emenda, vão construir até dentro d'água, vão usar até o Guaíba de piscina, porque a ideia é construir ali sem parar, até afundar a Ponta do Arado. A ideia dos grandes conglomerados financeiros, empreendimentos imobiliários, é construir, construir, construir, por cima de tudo e abaixo de tudo, e não posso deixar de interromper essa breve fala para saudar a presença da deputada federal Fernanda Melchionna, que foi vereadora conosco, foi líder da bancada, foi líder da oposição, uma grande amiga, uma grande companheira do PSOL e minha amiga, como se fosse uma filha. Fernanda, seja muito bem-vinda aqui na Casa, que é tua também. E justamente nessa luta, a Fernanda Melchionna não veio a passeio aqui, ela veio na nossa luta, exatamente, combater essa especulação imobiliária, essa busca desmedida, abusada, absurda do lucro em cima de questões ambientais, históricas, fundamentalmente comunitárias. Os nossos povos originários que estão ali, Presidente, serão duramente afetados, duramente, mas nesse momento, essa emenda da Ver. Ferronato, quer preservar a orla. Diante do todo, é pouco, mas é algo que nós temos que defender, temos que estar com o Ver. Ferronato e aprovar esta emenda, e discutirei cada uma delas a partir desse momento. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha nossa sessão nesta manhã de segunda-feira, de modo especial os agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, sejam bem-vindos, todo cidadão e cidadã que acompanha a nossa sessão. A pauta de hoje é bastante extensa, é a primeira fala que estou me dirigindo ao plenário, bancada do PT está atenta a alguns projetos que o governo encaminha, até porque na grande parte deles, nós, enquanto oposição e do PT, encaminhamos emendas e esperamos que haja sensibilidade do governo municipal, tanto nesse da Fazenda do Arado como também na questão da Atenção Básica, mais precisamente da absorção dos agentes comunitários de saúde e de endemias na Atenção Básica. Esse projeto deve entrar por volta do início da tarde, mas é muito importante que os agentes comunitários estejam aqui porque os vereadores têm que perceber o seguinte: o governo municipal, lá na briga do Supremo, na extinção do IMESF, acabou absorvendo uma ideia muito louca do prefeito anterior, e o prefeito anterior acabou terceirizando a Atenção Básica em Porto Alegre, essa é a grande verdade. E nesse processo acabou demitindo grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras, restaram apenas os agentes comunitários de saúde e

os agentes de endemias, que recentemente, nos últimos meses, demitiu grande parte deles, mas grande parte deles merecia, por força de lei federal, estar trabalhando na Atenção Básica. O governo não valorizou o concurso feito ao longo de uma história, de uma trajetória de muitos anos, demitiu muitos dos trabalhadores, e agora manda um projeto de lei, por pressão desta Casa, por pressão dos trabalhadores, por pressão dos sindicatos, absorvendo grande parte desses trabalhadores, isso é, 351, mas a maioria deles, garantidos por força da lei, estão trabalhando, por que não admitirem ou absorverem um pouco mais, isso é em torno de 700 trabalhadores que hoje estão trabalhando. Nesse sentido, nós fizemos muitas emendas e esperamos que o governo se sensibilize, até porque nós não queremos que fragilizem a Atenção Básica, a educação, a assistência, inúmeros grandes temas da cidade que o governo atual, infelizmente, assumiu uma pauta negativa do governo anterior e tenta transferir como se fosse culpa dos trabalhadores. Nesse sentido, ao longo do dia, teremos aqui vários debates esperando que o governo, através de seus vereadores da base, se sensibilize para essa questão.

Este projeto que já estamos discutindo, que é com relação a esse grande condomínio, esse grande projeto de lei de regularização de uma área da Zona Sul de Porto Alegre e que não houve a consulta regional, isto é, da Zona Sul, para saber quais são as compensações ideais para aquele local, nós também estamos com uma enorme dúvida, por isso apresentamos inúmeras emendas a esse projeto de lei, esperando que as emendas sejam aprovadas, porque ali, sim, tem um grande impacto ambiental, um impacto até no transporte público, no serviço público com relação à oferta na área da educação, na área da saúde e assim por diante. Nesse sentido, iniciamos nossas atividades, mas fazendo um apelo para que o governo seja compreensivo, ao menos nas emendas que ora foram apresentadas pelas diversas bancadas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Gostaríamos de agradecer e registrar a presença da deputada Fernanda Melchionna; seja bem-vinda, deputada.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 01 ao PLCE nº 024/21.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 02, destacada, PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 02 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da presença. Nós temos uma circunstância em todo esse projeto que é, repito, a destruição da Ponta do Arado. Então eu quero deixar bem marcado em cada encaminhamento, porque essa destruição, repito, é histórica, é ambiental, e é comunitária. Histórica em função da casa do Sr. Breno Caldas, que representa um patrimônio histórico cultural de Porto Alegre; ambiental, toda aquela área ali é de vegetação nativa especial, toda; e comunitária, os povos originários, há indígenas ali, vivendo ali, onde historicamente também, há mais de 200 anos, viviam ali. Neste momento e nesta emenda, nós queremos que só seja ratificada essa alteração do regime urbanístico, que é essa a forma da especulação imobiliária e do dinheiro buscar o lucro na Ponta do Arado, é a alteração do regime urbanístico, mas a nossa emenda condiciona essa alteração, com toda a lógica, à Revisão do Plano Diretor. Como não haverá Revisão do Plano Diretor com tudo isso? Tem que haver, e só na revisão, que haverá de qualquer maneira do Plano Diretor, é que poderia, de fato, alterar o regime urbanístico. A nossa emenda, Presidente Márcio Bins Ely, é nesse sentido, ela condiciona a ratificação dessa alteração do regime urbanístico à Revisão do Plano Diretor, e só assim poderia ser válida e aceita. Portanto, encaminhamos favoravelmente à esta emenda que, como outras, procura salvar, em parte, ao menos, as condições ambientais, históricas e comunitárias, as condições de vida da Ponta do Arado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadores e vereadoras; bom dia, população de Porto Alegre que nos acompanha pela TVCâmara; principalmente, um bom dia aos lutadores e lutadoras do IMESF que estão aqui, nesta Casa, hoje, lutando pelos seus direitos. Teremos uma grande sessão, muito obrigado por estarem aqui e, com certeza, teremos um desfecho positivo nessa luta. Vou tratar sobre a Emenda nº 03, encaminhando em nome do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, Ver. Jonas Reis, Ver. Laura, Ver.

Oliboni. Caso a população de Porto Alegre não tenha entendido ainda o que está acontecendo na Câmara Municipal de Porto Alegre e como a Prefeitura vem tratando essa pauta urbana, é importante que se diga que nós já teríamos que ter votado, desde 2019, o nosso Plano Diretor. O Plano Diretor é o centro do debate sobre desenvolvimento da cidade, qual o tamanho dos imóveis, qual será o projeto de desenvolvimento que a nossa cidade terá, tamanho dos prédios, tamanho dos imóveis, densificação, padrões arquitetônicos e, ao invés de nós estamos debatendo nosso Plano Diretor, a Prefeitura tem realizado uma fragmentação dos projetos vinculados ao território. Esse é o caso do Centro, esse é o caso da Ponta do Arado, e isso tem um motivo muito evidente, que é não permitir que exista um debate profundo e unificado sobre uma visão de cidade, sobre a visão democrática do que queremos para nossa cidade; fragmentando as áreas se torna mais fácil para a Prefeitura favorecer a especulação imobiliária e favorecer os grandes conglomerados que estão interessados no lucro e em realizar os seus projetos imobiliários. Por isso apresentamos então a Emenda nº 03, que busca fazer com que o que é óbvio seja cumprido, antes de nós efetivarmos mudanças em determinadas regiões da nossa cidade, que a gente obedeça ao Plano Diretor, que primeiro nós façamos um debate amplo sobre qual a nossa visão de cidade, para que toda a população de Porto Alegre participe desse debate democrático, para que então algumas regiões possam ter os seus planos modificados. Esperamos que aquilo que é óbvio seja respeitado por parte da bancada governista, da bancada da situação, e que nós não tenhamos essa fragmentação em territórios, desobedecendo inclusive o nosso Plano Diretor. Se não temos competência, se não temos tempo ou outro argumento para que o Plano Diretor seja votado antes de que tenhamos alterações no Centro, de que tenhamos alterações no 4º Distrito, de que tenhamos alterações na Ponta do Arado, então eu não sei qual o nosso objetivo de estarmos aqui acelerando essas votações pontuais senão simplesmente fragmentar a luta e fazer com que a população não consiga compreender o objetivo real no todo. Espero que esta emenda seja aprovada, que nós valorizemos o nosso Plano Diretor, caso contrário, não serve mais para nada, caso contrário, um exemplo de democracia, um exemplo de cuidado com a cidade foi jogado no lixo pela Prefeitura e pelo prefeito Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Bom dia, Presidente Márcio Bins Ely; todos e todas presentes; vereadoras e vereadores; público que nos assiste, especialmente as trabalhadoras e trabalhadores da saúde da nossa capital que estão assistindo à sessão. Em breve, nós vamos debater um projeto muito importante, não apenas para vocês, mas para pensar a saúde pública no nosso Município, nesse contexto

de tentativa de superar a pandemia, onde a gente precisa fortalecer o trabalho como o que vocês fazem. Muito bom ter a presença de vocês aqui na galeria. Este projeto que nós estamos debatendo é um sintoma muito ruim de uma visão de planejamento da nossa cidade. Eu não vou dizer aqui que não há planejamento diante de uma medida como a gente está votando, nesta manhã, que fragmenta o Plano Diretor e, por isso, a gente apresenta esta emenda. Eu acho que exatamente esse é o projeto, essa visão de governo neoliberal que visa desregular todas as áreas da atividade econômica, deixar a livre concorrência governar os nossos interesses, que tem um efeito muito negativo. Vejam só, o prefeito Sebastião Melo apresentou um projeto alguns meses atrás, foi votado, aprovado, não com os votos da oposição, mas foi aprovado, que visa adensar o Centro Histórico, ou seja, concentrar a população de Porto Alegre na região central. Muito se falou aqui de um erro que foi cometido ao longo das últimas décadas, na nossa cidade, que colocou grandes contingentes populacionais morando na periferia, nos extremos, onde a gente sabe que é muito mais difícil chegar o serviço de saúde, de transporte, educação, ter boas oportunidades de emprego no entorno das moradias. Isso foi apresentado como um erro pela gestão municipal, e o projeto que a gente está votando hoje aqui vai no sentido inverso, é a gestão do prefeito Sebastião Melo querendo aumentar em 70% a população do Belém Novo. Qual é a lógica desse projeto? Gostaria, Ver. Gilson, que é da região, que viesse aqui discutir, é da base do governo e tem que explicar para gente por que o governo, num mês, propõe adensar população no Centro e no outro aumentar em 70% a população de um bairro no extremo sul da cidade? A única coisa que explica isso é um governo submetido ao interesse das corporações do ramo da construção que está completamente despreocupado com o que é um planejamento de 40, 50 anos para cidade de Porto Alegre. Aí entram fatores que precisamos discutir: a orla do Guaíba, ali se trata de uma área de preservação, um mínimo que deveria acontecer, Ver. Oliboni, é nós termos aqui um Estudo de Impacto Ambiental com qualidade técnica, que mostrasse quais são os perigos, quais são as cautelas que devem ser tomadas ao pensar qualquer tipo de obra naquela região. E o que que aconteceu com o Estudo de Impacto Ambiental apresentado por esse projeto? Foi qualificado pelo Instituto Geral de Perícias, isso mesmo, um caso de polícia na cidade de Porto Alegre, como um estudo falso, omissivo. Ou seja, a Prefeitura quer aprovar aqui, nesta Câmara de Vereadores, no apagar das luzes de 2021, um projeto que vai mexer com uma área de preservação ambiental e que sequer tem um estudo técnico para dizer qual as consequências dessa situação, uma área que não influencia as condições de vida só da população do Extremo-Sul, porque a Ponta do Arado cumpre papel na questão ambiental para a cidade de Porto Alegre como um todo. Vejam bem, nós estamos falando do curso da água do Guaíba, que fornece para a nossa população a maior parte da água que a gente consome, que deveria ser uma preocupação para nós, porque, diante de uma emergência climática, o modo de vida das nossas populações nas próximas décadas em toda região costeira pode se modificar profundamente. Como disse aqui já o Ver. Pedro Ruas, não há essa preocupação, se fosse permitido construir dentro d'água, construía. Eu concordo com V. Exa., Ver. Pedro Ruas, porque, sem qualquer tipo de planejamento, de discussão aprofundada, o que prima é o interesse corporativo e não o

bem-estar da população. Isso está acontecendo lá na Ponta do Arado, com outras obras que se desenvolvem nesse entorno de 70 quilômetros da orla do Guaíba. E é importante que saibam, e assim eu concluo, nós não votamos esse projeto aqui, algumas semanas atrás, por uma disputa judicial. Saibam que essa disputa vai seguir, vai seguir em outras instâncias, e a Prefeitura quer votar, mais uma vez, esse projeto com insegurança jurídica, porque precisa agradar determinados segmentos corporativos. Então eu gostaria que a base governista viesse aqui debater, vamos aproveitar que hoje nós temos público na galeria. É uma discussão que interessa à cidade de Porto Alegre, exponham os motivos que justificam a defesa desse projeto, dessa forma, que já foi votado, já foi vetado, já foi retirado. Mais uma vez nós vamos dar continuidade a essa discussão de maneira irresponsável com a cidade de Porto Alegre. Exponham os seus argumentos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadores e vereadoras, público nas galerias, que importante a gente ver esta Casa com movimento. É isso, os projetos que importam para o povo, o povo precisa estar presente. Os trabalhadores são quem mais têm sofrido nesse período onde as portas estão fechadas e também o diálogo não se amplia. Eu venho até esta tribuna para fazer a defesa dessa emenda, falando que a gente tem visto, nas mais diversas áreas, investimentos, mas as mais diversas áreas que dizem respeito ao governo. Vemos aí planos e projetos para o 4º Distrito, vemos também a orla ampliada, reformulada, a revitalização do Centro Histórico. Mas de fato o que tem de concreto que vai impactar na vida da população? Investimentos que são necessários e a descentralização que é mais do que urgente. Olhar para a Fazenda do Arado, pensar que todas essas proposições vão impactar de forma irreversível naquele espaço, naquilo que tange no cuidado da preservação ambiental, mas, principalmente na vida das pessoas, se faz necessário. Por esse e por outros motivos que, em nome da mancada do PCdoB, eu venho trazer à luz este que é um tema necessário: preservação ambiental. Não houve nenhum tipo de avaliação, nós aqui bem sabemos que houve um debate até um tanto raso, limitado acerca deste tema, pois era necessário que se apresentasse um relatório mais a fundo e que neste relatório constasse, dentro daquilo que é fundamental na perspectiva do cuidado, da preservação, do espaço e das pessoas que transitam por lá, uma série de elementos, e isso não veio. Então a gente compreende muito bem quais são as prioridades do governo. E isso, economicamente falando, vai beneficiar alguns, e podem ter certeza de que não são os moradores do entorno, que não é a população de Porto Alegre. Tem tido um recorte muito específico das prioridades e não tem investimento nas áreas básicas daquilo que é preciso. O governo tem exaltado que os

cofres estão cheios, e esse é um bom exemplo que quero citar aqui, mas ainda continuamos com o problema da fome na cidade. Isso é muito caro, isso impacta inclusive na saúde, na Atenção Básica. Para aqueles que não conseguem ter essa compreensão, essa leitura bem objetiva é: a fome, além de uma escolha política, impacta diretamente na saúde dessa população. E se isso não é o suficiente para que nós estejamos aqui fazendo a defesa de algo tão relevante, de fato não compreendo por que o Legislativo se debruça diante de projetos e mais projetos que só fazem a leitura e um recorte específico de uma das partes. E essas partes sempre são os grandes empresários, aquilo que se tem de mais tendencioso. Digo isso e enfatizo: tendencioso, porque no momento em que a população desta cidade sofre com uma série de ataques, quando não se prioriza a população está, sim, se atacando, quando chove, alaga. Agora inicia o período mais forte do verão, começa de novo a faltar água. As reclamações são de inúmeros locais. A gente não tem investimento no saneamento básico, a água não é disponível para todos, a gente tem uma série de especificidades que a população vem passando e não são olhadas. O respeito e a responsabilidade que deveriam estar diante deste projeto, assim como de vários outros que passaram ao longo deste ano, aqui nesta Casa, aos quais nós fizemos defesas contundentes, porque acreditamos que existem outras possibilidades. E existem, mas as prioridades não permitem que essas defesas sejam feitas e muito menos o governo que se dialógico compreende isso e amplia o diálogo. É lamentável olhar a forma como nós finalizamos 2021 aqui, é lamentável ver ataque aos profissionais, à Atenção Básica, a todo um conjunto que neste momento deveria ser priorizado, mas atentem-se a isso. Essas são as prioridades do governo e essa base do governo que vota a favor disso está muito ciente, e se não está, precisa ficar atenta porque nós faremos a ampliação e faremos ecoar que esses são aqueles que defendem e promovem o caos de forma muito específica e depois querem nos vender soluções. O povo já não aguenta mais ser achacado com tamanha perversão. Isso é inadmissível. Sejam nós parte dessa mudança, mas sejam lúcidos nas escolhas. E assim sensibilizo vocês, meus colegas, porque ainda há tempo de reverter parte desta barbárie. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 03 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadores, a Emenda nº 04 nos traz a ideia de manutenção, por pelo menos 10 anos, de infraestrutura, lazer e cultura para comunidade na orla de Belém, por pelo menos 10 anos. Cinquenta por cento dos trabalhadores que vão atuar nessas obras gigantescas, 50% têm que ser do bairro, e o acesso à orla será público, sem taxas ou ingressos, porque isso também é importante. A ideia dessas grandes construtoras, a ideia do empreendedorismo milionário é a privatização da orla. Eles querem ali construir obras gigantescas e tomar conta, inclusive, do rio, por isso uma emenda dessas tem muita importância. Porque não vai depois o porto-alegrense – o que é inacreditável, mas é o que pode acontecer – para ver o seu rio da orla, ter que passar pela segurança dos condomínios e ainda pagar ingresso; é inacreditável. Essa emenda procura evitar isso, Presidente, e é nesse sentido que nós enfatizamos um outro aspecto, uma compensação mínima de tudo aquilo que vai ocorrer ali é a contratação de trabalhadores do bairro. Uma crise de brutal de emprego – os trabalhadores e trabalhadoras do IMESF sabem do que estou falando –, uma crise brutal de emprego que estamos vivendo em todas as áreas, começa na saúde, mas passa por todas, se garante, pelo menos – e eu digo compensação mínima –, empregos para as trabalhadoras e os trabalhadores do bairro Belém Novo. Portanto, fica para nós todos a certeza de que essas emendas podem aprimorar o projeto; devem ser aprovadas. Nós sabemos como é que o governo age nessas coisas, o governo tem uma visão – que é a sua – e ele impõe essa visão. E nós temos que discutir, tentar mudar alguma coisa aqui na Câmara, eventualmente, buscar o Judiciário, mas nós estamos argumentando e mostrando os motivos pelos quais nós queremos o aprimoramento do projeto. Se nós tivéssemos essas emendas aprovadas, nós poderíamos ter inclusive votado todas, aprovar o projeto com as emendas. Mas, enfim, o que nós temos é uma situação bem diferente, a luta por cada emenda, e essa Emenda nº 04 tem muita importância exatamente pelos fatores que destaquei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Bom dia a todos e todas. Subo a esta tribuna também para colocar a importância dessa construção, de todas as emendas na verdade, mas essa principalmente porque veio das audiências públicas. Eu participei de todas as audiências, inclusive das audiências presenciais lá na comunidade, e foram levantadas diversas preocupações, e uma delas era justamente o emprego que esse empreendimento iria gerar na sua construção. Essas preocupações foram colocadas inclusive por pessoas da comunidade que estão a favor desse empreendimento, foi

colocado o acesso à orla, garantia de emprego para os moradores do bairro. Aquela ideia de progresso e de desenvolvimento que nós questionamos nas audiências e que nem na perspectiva dos moradores a favor do projeto está colocada na escrita do projeto de lei. Então, para nós, é importante garantir sim que haja vagas, e aí uma cota de 50% para os moradores do bairro, o acesso sem cobrança de taxa alguma à orla do Guaíba – isso tem que estar escrito no projeto – e também as contrapartidas em relação aos espaços de lazer, esporte a céu aberto, praças e parques que, hoje, naquela região, quem conhece sabe que vive um abandono muito grande. Isso veio da comunidade, isso foi colocado nas audiências públicas, isso não está previsto no projeto, e é de extrema importância que a gente consiga considerar essas colocações que aperfeiçoam e garantem nada mais do que aquilo que o governo propagandeou nas audiências públicas – que iria garantir emprego, que iria garantir espaço de lazer, que iria trazer para o progresso e movimento para o bairro. Beleza, da forma com que está colocado hoje no projeto, não garante nada disso; as emendas foram elaboradas para corrigir: garantir emprego, sim, mas tem que estar no projeto; garantir, contrapartidas em lazer, espaço público qualificado, isso tem de estar no projeto. Garantia de acesso à orla 100% pública, sem taxa, sem ingresso; isso tem que estar no projeto. Não dá para ser só um discurso bonito e daqui a 10 anos a gente ver a tragédia que está colocada. Então, as emendas foram construídas nas audiências públicas. As audiências são espaços democráticos, não dá para tratar audiência só como um espaço protocolar, “tem que ter audiência pública”. Não, a audiência é um espaço de escuta, de elaboração e de síntese para qualificar a coisa, e eu não vejo que nada daquilo que foi colocado pelas comunidades, tanto por aqueles que eram contra, quanto aqueles que eram a favor do empreendimento, nada disso foi considerado na construção do projeto. O projeto se manteve da mesma forma como foi apresentado; isso é um erro deste governo, isso é um erro. Propagandeou questões para a população e não as considerou na hora da escrita legal. A oposição fez essa construção, por isso que a gente pede a aprovação também dessa Emenda nº 04.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Bom dia, Presidente; bom dia colegas vereadoras e vereadores; bom dia à turma dos agentes de saúde que estão aqui lutando, mais uma vez, na Câmara no dia de hoje; e a quem nos acompanha também de casa. Este é um projeto que, talvez, de forma mais material, explicita o quanto que é um equívoco nós estamos fazendo um debate sobre o Plano Diretor da cidade de maneira compartimentada. Ele talvez seja o que mais explicita isso, porque explicita com um cunho de perversidade da forma como se executa essa execução, de maneira muito profunda, seja porque nós estamos debatendo 426 hectares de terra, onde nós temos animais ameaçados de extinção, onde nós temos um sítio arqueológico Guarani, onde

nós temos inclusive uma mata nativa. Este projeto coloca esse espaço em risco, em risco também o seu ecossistema, e, portanto, também reflete na cidade uma fragilização ambiental da nossa orla e da nossa cidade. O fato de a Prefeitura ter estabelecido um diálogo surdo com a população, um diálogo em que tu falas, mas tu não absorves nada, mantendo a mesma escrita, explícita a intencionalidade desse projeto e o quanto que isso é um equívoco na compreensão da bancada do Partido dos Trabalhadores, da nossa concepção sobre a cidade, sobre os espaços, sobre os impactos ambientais, sobre a proteção ambiental e etc. Portanto, essa Emenda nº 04, que nós estamos apresentando, visa mitigar alguns dos impactos. Um dos seus pontos, por exemplo, é sobre contrapartidas que não estão explícitas detalhadamente no projeto, e as quais nós consideramos que importantes que constem na estrutura física da região para a população, seja com equipamentos, como banheiros, como palco para apresentações culturais, entre outros equipamentos.

Outro ponto que para nós é importante e também consta nessa emenda, é que os trabalhadores que vão trabalhar na construção, sejam, prioritariamente, moradores da região, para que nós também tenhamos, portanto, uma contrapartida econômica, já que nós teremos um projeto tão invasivo como este. Para nós também é muito importante que seja vedada qualquer cobrança, ingresso ou assemelhados no acesso à orla pela população. A nossa ideia aqui, discordando do princípio de autorizar, naquele espaço, esse empreendimento, mas nossa intenção aqui é poder mitigar os seus impactos, mantendo mínimas características públicas, garantindo uma contrapartida mais robusta para a população da região, e garantindo uma contrapartida econômica para os trabalhadores e trabalhadoras da nossa da nossa cidade, especialmente daquela região, considerando todo o impacto que nós tivemos nesse período da própria crise econômica e sanitária na cidade. Que nós, ao autorizarmos este projeto, tendo em vista a forma como está ocorrendo a votação das emendas aqui, a tendência é essa desse plenário, mas que nós possamos aprová-lo com um conjunto de proposições que possam mitigar os impactos negativos, tendo em vista o diálogo surdo que a Prefeitura estabeleceu com a sociedade porto-alegrense, especialmente com a comunidade do entorno da área da Fazenda do Arado Velho. Portanto, peço aos colegas vereadores e vereadoras que possam aprovar essa emenda que não descaracteriza o projeto, que garante retornos mínimos para região. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 04 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, a Emenda nº 05 vem, e é do dos companheiras e companheiros do PT, condicionando essas alterações do regime urbanístico que vão possibilitar aquele abuso ali, Ver. Oliboni – porque aquilo é um abuso, não é um projeto; isso é um abuso em relação à cidade –, à realização de um plebiscito. Por óbvio. Está certo. Se vão mudar de tal maneira o regime urbanístico que vão tirar uma parte importante da cidade para entregar para a especulação imobiliária, o mínimo que tem que ter é um plebiscito. O mínimo é ouvir a população. A Ponta do Arado não é do prefeito, não é das megaempreendedoras, não é de quem tem dinheiro, não é dos ricos especuladores, é da cidade, é de Porto Alegre. Portanto, o condicionamento dessas alterações a um plebiscito é algo natural e democrático. Aliás, um mínimo de democracia teríamos que ter, porque é a cidade que é dona da Ponta do Arado, como de tudo que existe no seu território; a população da cidade, e é ela que deveria decidir através de uma votação plebiscitária. A emenda propõe isso. E é isso que nós queremos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 024/21

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão. A Emenda nº 05, vereadores e vereadoras, e faço questão de dizer vereadores e vereadoras porque a gente vê muito poucos vereadores aqui no plenário, Ver. Moisés, muito estranho isso, não é? Parece que as pessoas estão se escondendo. Qual é o problema de vir para o plenário votar? Nós temos que discutir um projeto de lei e dizer para cidade que a Câmara é responsável pelo que está votando. Mas fica muito obscuro o que nós estamos visualizando. Imaginem os senhores e as senhoras, a imprensa vir aqui bater uma foto do plenário e ver quatro, cinco, seis vereadores no plenário discutindo um projeto de tamanha responsabilidade. Tamanha responsabilidade! Os senhores me desculpem por eu ter que dizer isso, mas é real isso! Imaginem os cidadãos que estão acompanhando a sessão e os que estão visualizando observarem, claro que é no final do ano, é claro que tem a questão de muitos estarem de forma virtual, mas, lamentavelmente, é um assunto que mexe com a cidade. Até porque este projeto de lei da Fazenda do Arado, são 26 hectares (*Errata, são 426 hectares.*), três vezes o Parque da Redenção, Ver. Cassiá. E quais são os impactos ambientais nessa região? São muito grandes. Por que é que nesta Emenda nº 05 nós estamos condicionando a uma consulta

popular, a um plebiscito? Porque nós não ouvimos a comunidade do entorno. Tivemos uma audiência pública e, na audiência pública, houve enormes restrições, manifestação da comunidade, como, por exemplo, a comunidade indígena que está ali. Para onde vão os índios Guaranis? É impressionante. É como no transporte público, as concessionárias é que mandam no governo; aqui, são os empreendedores dos grandes empreendimentos da cidade, como acontece no Centro Histórico. Vão aumentar os índices construtivos como nunca. A favor de quem? Dos grandes! E a população não pode opinar, não é reconhecida pelo governo e o governo se diz democrático, que ouve a população. Ouve, mas não acata nada! Tanto é que a base do governo está omissa aqui. Até agora votou contra todas as emendas. É lamentável isso! É indignante isso! E quando nós vamos lá, na eleição, visitar os cidadãos e as cidadãs, o senhores cidadãos e cidadãs têm que perceber na hora de votar um projeto de tamanha responsabilidade, como foram votados aqui, Ver. Ruas, nobre líder da oposição. Isso nos indigna, mas indigna mais é a população, quando ela não é vista, quando ela não é reconhecida, quando ela não tem um espaço para poder perceber o quanto é importante também discutir com amplitude e contemplar ao menos algumas emendas para sofrer um impacto menor. É nesse aspecto que nós defendemos, sim, como aconteceu no passado, aqui no Pontal do Estaleiro, nobre Ver. Ruas. Houve, no governo Fogaça, a aprovação, aqui neste plenário, de uma consulta popular. Foi feita a consulta popular e não passou o projeto, porque queriam construir enormes espigões na orla do Guaíba, como quer fazer agora o meu time – Internacional –, com torres ali ao lado do Beira-Rio. Nós, do PT, somos contra; a oposição também. Porque o impacto é muito grande, não dá para prevalecer o lucro! Não dá para prevalecer o grande empresariado com a política de pressão para cima dos governantes! E não é diferente na Câmara! Por isso peço a gentileza de que reconheçam aqui que a população precisa ser ouvida, por isso a Emenda nº 05 da consulta popular ou do plebiscito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhara votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todos os pares, população que nos acompanha através da TVCâmara, pela Rádio Câmara e pelas redes sociais. O Ver. Oliboni é um querido, uma pessoa de bom diálogo, mas hoje o vereador cobra a nossa presença aí. Eu mesmo já tinha compromissos firmados, consegui cancelar um ou outro, mas alguns eu não tive como cancelar. O próprio Ver. Oliboni participou das sessões várias vezes de forma *on-line*, e isso foi um uma conquista única, talvez, que tenha ocorrido na pandemia, que permite que as pessoas façam reuniões, audiências públicas, sessões de forma *on-line*, híbridas como chamam, mista, com alguns presentes e outros não. Até a nossa posse, nesta legislatura, foi de forma híbrida, um ou dois tomaram posse de forma híbrida, e isso foi uma

conquista da população e do todo. Foi uma conquista mundial a questão de permitir as reuniões, as sessões, uma série de atividades, assembleias, tudo híbrido. Então, um vereador usando esse argumento de que nós não estamos participando... Até porque para todas as emendas, mesmo sendo negativas, teve quórum. E o vereador nos provoca para falar, talvez estejam esperando mais uma decisão da justiça, alguma coisa assim, que queiram um tempo de chegar algum documento na Câmara, antes que nós votemos o projeto. Um projeto que já foi votado e aprovado na legislatura passada. É um projeto que a justiça apontou vício de origem, dizendo que somente o Executivo poderia apresentar este projeto. E o Executivo o faz igual ao projeto que a Câmara de Vereadores aprovou na legislatura passada. Nós aprovamos já este projeto, se não me falha a memória, há uns dois anos. Então, nós estamos cumprindo uma decisão judicial que disse que o projeto – que foi do Ver. Wambert, se não me engano – tinha vício de origem; havia a necessidade de este projeto ser encaminhado pelo Executivo, que o faz. O Ver. Oliboni fala muito, nesta emenda, de ter uma audiência pública, que teve audiência pública para o Gasômetro, uma audiência pública da qual não participou nem 10% da população, uma audiência pública que não condiz com a realidade, pois hoje está saindo mais um hotel, um *shopping*, residências na beira do Guaíba. Então, não condiz com a realidade. Mas se nós mantivéssemos os argumentos que estão sendo apresentados aí, talvez o Brasil não fosse vendido para o mundo inteiro como é Copacabana; talvez o Brasil não fosse vendido no mundo inteiro como é a cidade de Recife, de Natal, de Maceió, como é São Paulo – uma cidade de negócios. Nós temos que acompanhar a evolução e a questão ambiental. É uma questão que tem um tripé: o econômico, o social e o ambiental. Nós não podemos ficar presos somente a uma parte do tripé. E ficar somente na questão ambiental é o que levou o Rio Grande do Sul a estar na situação em que se encontra. Nós perdemos várias empresas, inclusive da silvicultura, várias empresas de celulose nós perdemos aqui no Rio Grande do Sul por ficar discutindo somente o critério ambiental. Empresas que se instalaram no Espírito Santo, empresas que se instalaram do outro lado do rio Uruguai, empresas que se instalaram do outro lado da ponte e hoje estão no Uruguai, na Argentina, estão no Espírito Santo, em Minas Gerais, gerando impostos. Então, a questão ambiental tem que ser discutida, mas ela é um tripé: o social, o econômico e o ambiental. E a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nesses dois anos de pandemia, de forma híbrida, *on-line* e presencial, produziu muito, e hoje nós estamos numa sessão extraordinária, pela manhã, algo que, dificilmente, a Câmara faz, pois, nesse horário, funcionam as comissões, as frentes parlamentares. Dificilmente a gente vota, pela manhã, ainda mais numa segunda-feira, quando não tem sessão, pois nós temos à tarde. Nós estamos fazendo um esforço para girar, principalmente, a pauta de projetos dos vereadores. Estamos participando, de forma híbrida, e acredito que, à tarde, deva ter um número muito grande de representantes da Câmara presente, além dos que estarão de forma híbrida. É válida essa forma de participação dos vereadores; até o dia de hoje, nós participamos de forma híbrida, e vários membros desta Casa usaram esta forma por questões de saúde, de agenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni quer fazer um requerimento?

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Só gostaria de fazer uma correção na minha fala. Quando eu falei em 26 hectares, o correto seriam 426 hectares; 11 vezes o tamanho da Redenção. Essa é a correção, porque eu falei outro número, quando, na verdade, são 426 hectares.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador, está consignado. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Esse debate é muito oportuno, a questão da participação popular nessa discussão que a gente está fazendo hoje. Eu quero dizer que não concordo com os argumentos que o Ver. Claudio Janta acabou de apresentar; quero dar prosseguimento ao debate provocado pelo Ver. Oliboni, porque, nessa altura campeonato, a gente debater um projeto tão importante com o plenário vazio é uma desmoralização para Câmara de Vereadores, para uma base governista que, desde o primeiro dia deste ano, na prática, ignorou a existência da pandemia, incentivando o uso de tratamento precoce, falando que tinha que liberar tudo, que tinha que ocupar a cidade. O único lugar que não pode ser ocupado é o plenário da Câmara de Vereadores, as galerias, que levaram meses para poder ter a presença do público, têm uma blindagem à participação popular nas decisões que são estratégicas para a cidade de Porto Alegre. Isso se reflete no projeto do Arado, nessa discussão que nós estamos fazendo. Vejam só: estão negando a importância do Plano Diretor; é a fragmentação total de um processo que tem, no seu cerne, a participação popular, a discussão nas comunidades, a eleição de delegados, a intervenção de outros instrumentos que vão para além do Legislativo. Vejam só: o Plano Diretor que inclui, inclusive, a participação de organismos internacionais, o acompanhamento de outras esferas que vão para além do âmbito municipal, está sendo desmoralizado, paulatinamente, por esta Câmara de Vereadores, que fragmenta as decisões centrais. Na Câmara de Vereadores, na última sessão, antes do recesso do meio do ano, nós tivemos um outro fato que corrobora com essa discussão que nós estamos fazendo, porque foi negado o direito de vereadores e vereadoras desta Casa instituir uma frente parlamentar para a discussão do projeto que nós estamos debatendo hoje. Eu já ouvi muito, neste ano, nesta legislatura, que frente parlamentar é tradição desta Casa, ninguém pode se opor a que se instale uma, mas a frente parlamentar para discutir o projeto da Fazenda do Arado foi impedida de se instalar nessa Câmara de Vereadores, porque, para o interesse corporativo, empresarial, representado por este projeto, não pode haver nenhum tipo de questionamento. E isso nós também observamos na audiência pública que aconteceu. Eu pergunto: qual foi o elemento da audiência pública incorporado ao projeto? Quais argumentos críticos que foram apresentados por inúmeras pessoas foram utilizados? Nenhum! Essa tem sido a dinâmica das audiências

públicas ao longo deste ano, um elemento de deterioração democrática, porque o povo vai lá, participa, se mobiliza para estar presente, e, no final das contas, não vale de nada a discussão que é feita nas audiências. É isso que está acontecendo com este projeto que a gente está debatendo hoje. Outra questão estratégica para discutir no projeto da Ponta do Arado é a presença indígena. Aliás, nessa audiência pública, o prefeito Sebastião Melo fez uma fala desastrosa, para um administrador da nossa cidade, para um gestor que vai governar Porto Alegre no ano dos seus 250 anos, dizendo que os indígenas que fizeram a retomada da Fazenda do Arado teriam vindo de avião de Santa Catarina, mostrando um desconhecimento sobre o que é a ocupação Guarani, no nosso território, que vem desde antes do século XV. Há diversos estudos comprovando e, aliás, o IPHAN vê a área da Fazenda do Arado como uma área que deve ser protegida do ponto de vista histórico-cultural. Isso tudo está sendo desconsiderado; vão destinar uma pequena parte para uma amostragem do que é esse acúmulo histórico dos indígenas e, ao mesmo tempo, vão expulsar os indígenas que moram na região. Não demonstra qualquer respeito aos povos originários, a gente está discutindo uma medida como esta; não há qualquer respeito. E questão ambiental deveria ser o cerne de uma discussão sobre a ocupação urbana na orla do Guaíba. Ouvi aqui, há pouco, que o Rio Grande do Sul perdeu ao se preocupar com a questão ambiental; isso é um desconhecimento total do que é a crise climática do nosso Estado. A gente fala muito da devastação na Amazônia, e está correto falar; falamos da devastação no Pantanal que, desde 2020, sofre com a tragédia das queimadas. Agora, o bioma que, proporcionalmente, foi o mais devastado no Brasil, nos últimos anos, foi o do Pampa, no Rio Grande do Sul, pela prevalência de uma lógica de um agronegócio predador que não se preocupa com desenvolvimento ambiental, que quer os desertos verdes, que quer a devastação, a poluição das águas, que não se preocupa com a orla do Guaíba, onde vivem mais de 50 espécies de peixes, onde há uma comunidade pesqueira. É isso que nós estamos vendo ser debatido aqui. Isso não é lógica desenvolvimento econômico; é a lógica de devastação ambiental e econômica, e quem vai perder é a cidade de Porto Alegre nas próximas décadas.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIS AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 05 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** ...O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão pelas redes, queridas e queridos agentes comunitários e agentes de endemias que acompanham esta sessão aqui no plenário também. Está aí em priorização o projeto que desmonta com a Atenção Básica em Porto Alegre. Isso é uma vergonha, por isso que eles estão acompanhando aqui projeto que estabelece a demissão como ordem do dia. É uma vergonha! Mas eu venho aqui para falar deste projeto de empreendimento imobiliário, veja bem, olha que coisa bonita isso, quando a pessoa ouve isso pensa: "Aí vem progresso!" Com os espigões que liberaram no Centro Histórico não vem, as estruturas públicas estão sucateadas, a rede de esgoto está no limite, energia elétrica já cai, tem queda de luz direto na Cidade Baixa, e eles querem liberar mais e mais moradias. O prefeito mandou para cá o fatiamento do Plano Diretor, é isso! E a Câmara se ajoelhou, não discute um conceito de cidade, discute bairro a bairro. O Prefeito manda, eles obedecem! Mas o que é isso? Eles não foram eleitos? É o sequestro dos mandatos. O governo sequestra os mandatos, é isso, porque nesta tribuna só sobe a oposição, porque os demais vereadores não têm o que dizer, não têm o que falar, não leram o projeto, pois tem uma ação no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul correndo contra este projeto. E é isso, mas eles não dão bola para a justiça, justiça com eles, não! O negócio deles é votar o que o prefeito manda. O prefeito está equivocado. O que mais me surpreende é o secretário do meio ambiente estar aqui dentro neste momento de votação. O interesse é garantir a sustentabilidade da cidade, secretário? O estudo que foi feito já mostrou que ele é omissos e, por ser omissos, ele é enganoso. É uma Área de Proteção Ambiental, sim, é uma área, sim, com habitações indígenas. Não aceitam isso! É a história da humanidade, a história da expulsão dos povos, é a história da destruição do meio ambiente. Olha em Porto Alegre o crescimento desordenado! Lá na Zona Sul não tem tratamento de esgoto para todas e todos, e eles querem meter lá mais de 2.000 moradias. Essa emenda quer responsabilizar o empreendedor pela redução de danos: se houver danos ambientais, o empreendedor da região será o responsável, e não o poder público, porque é sempre assim: o alto empresariado faz e acontece e a bomba sempre estoura... Como é que foi em Brumadinho? As pessoas que morreram? Eu pergunto, respondam! Uma vida pode ser levada? Qual o preço de uma vida? O prefeito fala muito e faz pouco. Aprovamos, nesta Casa, em março, inclusive, compra de vacinas, agora foi liberado de cinco a onze anos, ele não comprou a vacina, não tem vacina da Pfizer para vacinar as crianças. Então o prefeito fala, ele diz que vai vir progresso lá na Ponta do Arado Velho. Progresso! Por que não duplica as avenidas? Onde é que está aqui neste projeto que vai ter duplicação da Av. Vicente Monteggia, da Av. Edgar Pires de Castro? Onde está escrito o comprometimento com a mobilidade urbana? Ou vão ser mais de dois mil moradores

atravancando lá os caminhos da população que já não tem educação, não tem saúde, não tem saneamento na região. Nós temos que defender o Extremo-Sul de Porto Alegre. Desenvolvimento não é só construir moradias, desenvolvimento é garantir estruturas públicas, aparelhos sociais. Olha, tem lugares que falta tudo, e o Extremo-Sul é um desses lugares. O pessoal do Lami está cansado de ver a falta de água lá, e eles moram, olha a contradição, vereadoras e vereadores, eles moram à beira do Guaíba e dá para se banhar no Guaíba, mas eles não têm água, às vezes, um dia inteirinho porque não tem planejamento nesta cidade, e não querem discutir o Plano Diretor como um todo porque não querem fazer planejamento. Por isso eu peço a sensibilidade, que aprovelem esta emenda, pois ela não vai modificar, não vai tirar o princípio do projeto do governo, que é se ajoelhar ao alto empresariado, às pessoas que compraram a área lá e querem fazer casas... E não é casa pequena, não é casinha, é casarão. É um bairro próprio, particular. Agora virou moda isso, os bairros particulares, as pessoas não entram em qualquer lugar. Foi aprovado até cancelas também. É uma tragédia, a cidade está sendo fatiada, e eu fico entristecido, mas nós vamos resistir e nós vamos lutar contra os retrocessos nesta cidade. Desenvolvimento e sustentabilidade, sim, agora desenvolvimento sem responsabilidade com o meio ambiente é uma vergonha!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 024/21, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Senhor Presidente; senhoras e senhores vereadores; eu não deveria subir à tribuna, mas como o Ver. Jonas acha que só a oposição foi eleita pela população... A senhora foi eleita também, não é, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia? Fez 12 mil votos também, não é isso? Eu fiz bem menos votos, mas fui eleito pela população. Então, o Ver. Jonas tem que ter respeito com todos os vereadores e parar com essa bobagem de dizer que nós votamos o que mandam. Eu voto aquilo que eu penso, Ver. Jonas, e a base toda vota assim. Ou o senhor esquece que mais de dois terços optou por ser contra o que o senhor pensa? Dois terços da Câmara, ou mais, pensam completamente o contrário, e essas pessoas também leem, acho que mais que o senhor. O senhor disse que o Ministério Público está... Não, a justiça julgou, o Tribunal de Justiça, então o senhor tem que ler por que o senhor está votando e por que que o senhor está discutindo aqui. Se o senhor tivesse razão, não estaríamos discutindo esta matéria, Ver. Moisés. O senhor quer saber o que aconteceu em Brumadinho? Eu vou lhe refrescar a memória: o seu governador do PT, o Pimentel, ficou quatro anos postergando as coisas, não mandando fiscalização. O governador do PT, Comandante Nádia, o Pimentel, de Minas Gerais, deixou essa tragédia acontecer. Aliás, foram duas tragédias porque o governador do PT não deixava fazer a fiscalização. Por que será que o Pimentel não deixava fazer? Foi ele, Ver. Jonas, o seu governador do PT. Eu só estou respondendo porque o senhor perguntou aqui o que

aconteceu em Brumadinho, e aí está a resposta: o seu Governador não fez a fiscalização. Não fez a fiscalização! E eu acho mais uma coisa, falando sobre este projeto que nós estamos votando: eu nunca vi o senhor se preocupar com aquelas invasões, e, olha, eu respeito aquelas pessoas, elas precisam morar, precisam morar lá, sim, e estão morando. E aí, sim, não tem planejamento ambiental, proteção, não tem nada. Não se protege nem as pobres das famílias que estão lá. E nesses projetos que tem licenciamento, sim, há uma rigidez, fiscalização tanto do Ministério Público como dos órgãos de Meio Ambiente para que se faça aquilo que tem que ser feito, e o empreendedor é obrigado a fazer. E vão ter casas bonitas, sim, Ver. Jonas, eu não sou contra, eu quero passar a régua por cima e não por baixo. Vossa Excelência tem que respeitar isso, régua por baixo, nós temos que proteger, proteger e ajudar essas pessoas. Fazer esses discursos aqui para proteger e ajudar. Eu não conheço nenhum índio lá. Aliás, depois que veio um cacique aqui loiro falando espanhol, eu já não acredito mais nesses índios. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Só corrigir uma fala do Ver. Cecchim, pois, quando aconteceu a tragédia em Brumadinho, Minas Gerais, o governador era o Zema, do partido NOVO, não era mais o Pimentel, do PT. (Palmas.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 024/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras, a Emenda nº 06 coloca algo, do meu ponto de vista, imprescindível: a responsabilidade do dano ambiental. Nós sabemos dos megaempreendimentos previstos para o Pontal do Arado, nós sabemos que esses empreendimentos só visam ao lucro, não há qualquer interesse em preservação ambiental, e o que diz a Emenda nº 06 é que impactos ambientais e danos ecológicos serão de responsabilidade dos empreendedores. Só isso. Na verdade, a nossa emenda - essa é uma emenda do PSOL - é uma certa obviedade, mas ela precisa ser escrita. Tem um amigo meu que já nos deixou, infelizmente, e o Roberto Robaina gosta quando eu lembro que ele dizia assim: "às vezes, o óbvio tem que ser dito". Isso aqui é um caso, é uma obviedade, mas tem que ser, Cláudia, escrita, tem que ser uma emenda porque é uma obviedade que levaria anos e anos e vai levar anos e anos na justiça para debater e decidir. Constando no projeto, através de emenda, nós sabemos que o dano ambiental pesado, a questão ecológica atingida tem responsabilidade. Ver. Gilson Padeiro, a responsabilidade é de quem empreende, de quem lucra, porque ali vai ser um dano ambiental brutal, gigantesco. O próprio MP considerou isso já. E o que nós temos pela frente? A Emenda nº 06, que diz exatamente isso: o dano ambiental comprovado, propriamente comprovado, não é apenas alegado, comprovado. A questão ecológica, da maior relevância atingida, nós temos os responsáveis já indicados previamente. Ou seja,

quando eles forem autuados, sob ponto de vista da construção e dos seus interesses, eles têm que pensar nisso: que eles serão responsabilizados! Portanto, fica aqui o nosso registro nesse sentido, pedindo, evidentemente, a aprovação da Emenda nº 06. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente Márcio; todos que nos acompanham aqui nesta manhã. Eu atentamente ouvi os colegas se manifestaram e não posso deixar de fazer algumas considerações aqui. Em primeiro lugar, a nossa sessão é híbrida. Então respondo aqui para o Ver. Matheus que defende, sem sombra de dúvida, regras de distanciamento responsável, os nossos colegas estão, como todos veem ali no painel, estão conectados na sessão. Esta é uma sessão extraordinária, é importante que se diga isso para a população, Ver. Gilson, e daí respondo já ao Ver. Oliboni, que diz: "Ah, os vereadores não estão no plenário". Ver. Oliboni, essa é uma sessão extraordinária, pela manhã, os nossos colegas têm agendas externas, agendas marcadas. Então é natural que nós tenhamos, numa extraordinária feita pela manhã, alguns vereadores, e, sim, até a parte majoritária, participando remotamente. Isso é a democracia em tempos de pandemia, que usa a inovação tecnológica a favor da participação. Sobre as emendas, eu quero deixar muito claro aqui algo político sobre isso. Também eu ouvi aqui as ponderações do Ver. Jonas. Ver. Jonas, V. Exa. não estava aqui na legislatura passada, talvez a falta de alguns vereadores subirem à tribuna, neste momento, é que este assunto já foi tema desta Casa. Os vereadores já têm a sua opinião cristalizada sobre isso. O termo e a expressão desenvolvimento sustentável tem o desenvolvimento incluído, inclusive, à frente; e a discussão é desenvolvimento sustentável. Então não estranhe que os colegas não subiram aqui, já subiram várias vezes. Este projeto já foi debatido. O Jonas, representante natural do Sindicato dos Municipários, não estava aqui na legislatura anterior, não pôde fazer o debate. Eu entendo, mas, vereador, não diga que os vereadores não estão subindo porque não têm interesse no tema. A gente tem muito interesse no tema, tanto que a gente fez força para que a Casa Legislativa não sofresse, inclusive, intervenção de outros poderes. E, por fim, falando de intervenção de outros poderes, Ver. Gilson, quero deixar muito claro aqui que eu respeito as instituições. Então essa cantilena de subir ficar dizendo: "Não, porque não houve o processo licitatório, EIA-RIMA". Olha só, gente, desculpa, em primeiro lugar, não é verdade, houve processo de licenciamento, há processo de licenciamento, e, se tiver algum problema, simples, podemos ter, ali na frente, uma ação de inconstitucionalidade, que eu não acredito. Porém, não podem impedir de o Legislativo da capital discutir o seu trabalho. Cada um faz o seu trabalho, a gente discute, a maioria aceita ou rejeita, e os

órgãos jurídicos, as outras instituições vão trabalhar. Eu confio nas instituições e acato as decisões das instituições. Tanto que tive um projeto aqui retirado, e estava em discussão, por uma liminar. E nós acolhemos e rerepresentamos no outro ano, com algumas modificações, e aprovamos. Ver. Gilson, politicamente, o senhor que é nosso representante, da bancada do PSDB, e aqui deste Legislativo, da região Extremo-Sul, nós vamos seguir a sua orientação política sobre o projeto do Arado, porque o senhor vive a sua vida, dedica a sua vida e sabe o que é melhor para a região. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE n.º 024/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Esta é uma emenda de extrema importância, porque fala sobre a necessidade de a gente responsabilizar aqueles que podem cometer algum dano ao meio ambiente da região. E isso é muito importante. Eu pude observar, ao longo do ano de 2021, que a região do Belém Novo, todo Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre, já convive com uma série de problemas desse âmbito e com uma dificuldade muito grande de fiscalização por parte do poder público municipal. Por exemplo, despejo de resíduos sólidos de maneira ilegal naquela região. Nós denunciemos e não tivemos retorno do poder público sobre esse tema; denúncias de extravasamento de esgoto, lá no Belém Novo, fizemos denúncias e não tivemos retorno. Recentemente estive lá, passei no mesmo local onde nós fizemos o pedido de providência para o DMAE, há 5 meses, e continuava da mesma forma; denúncia de roubo de areia, existe também! Não teve atuação do poder público sobre esses temas. A gente tem hoje um enfraquecimento do poder de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo e, infelizmente, esses empreendimentos não têm preocupação com a preservação ambiental. A cidade quer se preservar para as próximas décadas ou não? Essa é a pergunta que nós fazemos, e é fundamental a gente discutir esse tema. Eu valorizo o debate que acontece na instância judicial, Ver. Moisés Barboza, que acabou de falar, porque, quando o Legislativo se nega a fazer a discussão com a profundidade que ela deve ser feita, nós temos que apelar a outras instâncias. E o que consta nessa discussão judicial? São elementos muito importantes, cito alguns: a questão da fragmentação do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Porto Alegre, já foi falado aqui; a falta de análise técnica ampla e imparcial, quanto a classificação da área do empreendimento, que é Patrimônio Histórico e Cultural, visto dessa forma pelo IPHAN; a desconsideração do impacto ambiental. Então voltando ao respeito às instituições, nós tivemos um parecer, há alguns meses, de uma instituição importante também, do Instituto Geral de Perícias da Polícia Civil, dizendo que se tratava de um relatório falso

e omissos. Nós estamos votando um projeto com esse parecer de uma instituição. Não sei onde está o respeito e a consideração ao trabalho técnico do Instituto Geral de Perícias. Falta de informação e divulgação para a comunidade do bairro. E aí eu coloco o debate, Ver. Idenir Cecchim, próximo presidente da Câmara de Vereadores, nós temos na cidade de Porto Alegre, de acordo com o levantamento da FUNAI, mais de 1.100 indígenas, que vivem na nossa cidade. Muitos deles em alguns territórios que foram retomados no último período. E esse conceito, ele é muito importante para a gente entender a ocupação da população indígena, não apenas do Rio Grande do Sul, mas em nível nacional, porque a presença guarani vem antes da presença portuguesa, da presença espanhola, na cidade de Porto Alegre. Nos interessa fazer um debate histórico, que não é apenas olhar para o passado, mas olhar para o futuro da nossa cidade. De que forma, nós vamos nos relacionar com esses milhares de indígenas que vivem aqui na cidade de Porto Alegre? Qual é a política que nós temos para a população indígena na cidade? É dizer que não existe; é dizer que vieram de avião; ou é considerar as dificuldades socioeconômicas que essa população vive? Nós tivemos um momento importante aqui nesta Câmara de Vereadores, neste ano, que foi trazer uma liderança indígena para esta tribuna, para apresentar demandas; a necessidade de construção de um centro, onde possa haver o desenvolvimento das atividades econômicas da população indígena. O respeito ao plano municipal de direitos humanos e desenvolvimento desse segmento populacional. E aí, quando nós debatemos um território ocupado hoje por uma retomada em mbyá-guarani, o que vem do poder público, de quem está no poder, é uma linha que não leva isso em consideração, que quer tirar a população daquela retomada e preservar um pequeno espaço de alguns metros quadrados, uma parte do que foi encontrado lá dessa ocupação histórica. Uma parte, porque ali nós deveríamos ter toda uma política de resgate, do ponto de vista arqueológico, do ponto de vista histórico e cultural. Isso é desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, isso também pode proporcionar desenvolvimento econômico, de um turismo - porque a cidade de Porto Alegre hoje está havendo uma decadência -, de outras formas de interação dessa população com a questão econômica na nossa cidade, e não, apenas essa lógica voraz, que primeiro vai lá e constrói, para talvez, Ver. Pedro Ruas, no meio de uma construção, acontecer o fato de ter uma intervenção, de uma instituição como o INCRA, como o IPHAN, como a própria Fundação Palmares, porque vai ver que, naquele local, tem um patrimônio histórico que não foi levado em consideração no momento do desenvolvimento desse projeto. Isso foi apontado inúmeras vezes aqui neste Legislativo, na instância judicial e pela sociedade civil organizada, através de movimentos como o Preserva Arado, que estão alertando o poder público, cumprindo um papel muito importante sobre os perigos dessa construção que o Executivo tenta fazer a todo custo, para preservar a sua relação com segmentos corporativos, especialmente da construção civil, da grande construção civil, não é nem do construtor civil aí que passou dificuldade dos últimos anos na cidade de Porto Alegre. São os grandes. Por isso esta emenda é importantíssima. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 12 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): REJEITADA** a Emenda nº 06 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Nós temos algumas argumentações que apareceram, e eu saúdo, inclusive, a base do governo por ter se inscrito, para nós, de alguma forma, estabelecermos uma discussão, um diálogo sobre o projeto, mas a argumentação de que os vereadores já têm uma opinião formada pelo debate na legislatura anterior, de que não há uma disposição de dialogar sobre as emendas que visam mitigar os efeitos do projeto, também cristaliza o quanto o diálogo estabelecido nas audiências públicas foi um debate de surdos, porque, de fato, nós temos elementos de um debate que foi transcrito, do qual os vereadores se negam a estar discutindo. Portanto, não é a questão de a sessão ser híbrida ou não, mas de fato a disposição de dialogar e discutir em relação ao projeto. Nós temos uma série de situações que merecem uma discussão em plenário, ou não vamos discutir um elemento fundamental que o Ver. Matheus trouxe anteriormente, que é o questionamento sobre o mapa arqueológico daquela região, e inclusive há questionamento se ele não teria sido fraudado, já que aquela região é alagadiça. Há um questionamento sobre isso, nós vamos ter o que debater sobre isso, mas será que todos os vereadores têm compreensão dos impactos ambientais daquela região? Ela absorve mais de um bilhão de litros de água, tem um papel fundamental na purificação das águas do Guaíba, na diminuição da temperatura da região, nós temos lá animais ameaçados de extinção, como o bugio-ruívo, como o gato-maracajá; nós não vamos discutir os impactos na região sobre aumentar, dobrar a população da região? Enfim, para mim, é muito triste que nós aprovemos um projeto – mais um – que descaracteriza o Plano Diretor da cidade de forma compartimentada e ao qual não somos capazes aqui de estabelecer um diálogo, para quem nos acompanha de casa e para quem nos acompanha da galeria, uma discussão entre nós.

A Emenda nº 07 visa fazer um debate de extrema importância, já que nós acabamos de derrotar que nós pudéssemos ter um plebiscito para ouvir a população em geral da região, que nós possamos pelo menos tem uma oitiva para ouvir a comunidade indígena que vai ser atingida, uma comunidade guarani. Isso é muito importante, porque isso dialoga com um elemento do artigo 231 da Constituição Federal, que assegura às comunidades indígenas a condição de debater o empreendimento, de fazer a defesa da sua região. O IPHAN não só defende aquele espaço como de preservação, por conta de

ser um sítio arqueológico, por ter inclusive um patrimônio cultural do século XIX, do século XX, porque compreende também todos os elementos que assentam uma comunidade guarani e os seus elementos culturais com a região. Nós aprovamos um projeto invisibilizando a condição de escuta da comunidade, me desculpem, mas é uma violência. Portanto, acreditamos que a nossa Emenda nº 07 é o mínimo que o governo deveria poder aprovar entre as emendas de mitigação em relação aos impactos do projeto, podendo ter uma oitiva, um espaço de diálogo de forma mais franca com a comunidade indígena. Inclusive tem um parecer, apresentado pela guarani Yvyrupá, que coloca vários elementos em relação à região, seus impactos, e que precisam ser considerados também na discussão.

Portanto, nós, do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, encaminhamos o voto favorável à Emenda nº 07 e pedimos o apoio dos colegas para que nós possamos aprová-la nesta manhã.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Esta emenda coloca um ponto importantíssimo para o desenvolvimento deste debate que nós estamos fazendo aqui agora, que é a necessidade de construir um meio de debate, de consulta à população indígena mbyá-guarani que ocupa a região. Esse é um elemento muito importante, não apenas pelo que já existe na Constituição Federal sobre esse tema, mas também a retomada mbyá-guarani na Ponta do Arado já está em debate nas instâncias responsáveis pelo tema da demarcação das terras indígenas no nosso País, é um processo em curso, em andamento, e isso deveria ser respeitado ao construirmos este debate aqui na Câmara de Vereadores, porque coloca em risco vários dispositivos que estão na nossa Constituição, como, por exemplo, o artigo 231, que diz: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” – isso está na Constituição Federal. Além disso, se nós votarmos este projeto hoje sem consultar a população indígena, vamos estar desrespeitando tratados que o Brasil assinou com organismos internacionais, centralmente a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que foi ratificada pelo Brasil, em 2019, e garante o respeito aos povos indígenas, a consulta livre, prévia e informada aos grupos indígenas e tribais sobre quaisquer atos que, de alguma forma, venham impactá-los. E esse é o caso do projeto de lei que prevê a construção num local que tem onze vezes o tamanho do Parque da Redenção, 426 hectares, e ali está hoje uma retomada mbyá-guarani.

A cidade de Porto Alegre pode, com este debate aqui, passar uma vergonha em nível internacional, porque, se os vereadores decidirem aprovar essa proposta, nós

vamos comunicar à Organização Internacional do Trabalho, nós vamos comunicar o Congresso Nacional, nós vamos recorrer, sim, às instâncias internacionais de defesa dos povos originários indígenas contra esse ataque e esse desrespeito que não levou em consideração. Como que um prefeito que não reconhece aquela comunidade, que os desrespeita publicamente, dizendo que vieram de avião para ocupar aquele território, que não instiga uma política de preocupação com os mais de 1.100 indígenas que moram na cidade de Porto Alegre, pode neste momento, ter algum respaldo para estabelecer uma discussão com essas comunidades? Vejam só, o que a gente está propondo aqui, nesse contexto, é o mínimo, é o debate. São cidadãos de Porto Alegre, merecem respeito, merecem ser tratados com dignidade, merecem ser enxergados numa discussão de planejamento urbano e ambiental, porque são povos que nas suas tradições trazem como elemento central, constituinte, a lógica do bem viver, no desenvolvimento humano onde estão garantidos no cerne a preocupação com a natureza. E não é isso o que a gente está vendo com a discussão sobre a Fazenda do Arado, nesta manhã, não é isso. Por isso que a aprovação desta emenda é extremamente necessária, e caso ela não venha a ser levada em consideração, saibam vocês que essa discussão vai ser feita em outras instâncias, com certeza, em nível nacional e internacional, porque o respeito às comunidades indígenas é uma luta pelos direitos humanos construída na esfera global. E essa luta nós vamos tratar, com certeza, nesse âmbito em defesa da população mbyá-guarani e de todos os povos originários que ocupam a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 024/21, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, demais participantes aqui no plenário, eu fico pensando muitas vezes o que as pessoas pensam que é o Brasil, o que as pessoas pensam o que é uma cidade - as pessoas acham que a cidade é só nós que chegamos depois. Tudo antes de chegarem os europeus, a invasão... Tem gente que gosta de dizer a invasão, a invasão, invade isso, invade aquilo; houve uma invasão no Brasil, há mais de 500 anos; houve genocídio no Brasil, não, isso não foi genocídio - para eles não foi -; houve escravidão do povo indígena; e hoje os poucos territórios que são concessões de luta, muita gente morreu para termos territórios indígenas - mas para eles, eles acham que Porto Alegre nasceu há 250 anos, 249 apenas. Não! Aqui estiveram os indígenas muito antes de chegarem os açorianos, muito antes! Esse território é deles. Quem chegou depois, há 249 anos, sim, é uma nova ocupação. Esse é o conceito: uma nova ocupação. Com todos os problemas que houve no passado de extermínio, de morte, de assassinato, de perseguição. Mas agora a gente está colocando que lá aquela região é de ocupação indígena, mas não respeitam isso. Por que não querem fazer o estudo? Por que o secretário do meio

ambiente, ou o secretário da cultura não se reúnem para fazer um estudo sobre a ocupação dos territórios em Porto Alegre ou respeitar os estudos que têm da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? É porque, quando se está no poder, se seleciona os elementos para os projetos dos interesses, muitas vezes, de uma minoria, que é o caso aqui. Aqui está em caso e discussão o interesse de uma empresa que há mais de 10 anos comprou a fazenda, e ela quer transformar a fazenda em dinheiro, e tanto é que o estudo que foi feito foi omissivo. No estudo não está colocado ali toda a fauna que habita. E aí eles botam para a gaveta os dados reais do que é a Fazenda do Arado Velho. Mas para quem se alinha ao bolsonarismo, que persegue minorias, persegue os indígenas, persegue os negros, persegue os povos que pouca força tem ainda no Brasil, o que interessa os guaranis da Ponta do Arado? Vamos tirar eles de lá de uma vez. Essa é a posição da extrema direita na capital. A extrema direita na capital é, sim, bolsonarista, porque os projetos que apresentam são da radicalização do neoliberalismo, que é o nível máximo de extração de dinheiro, do meio ambiente, do trabalho, das pessoas. Eles falam aqui que essa obra vai trazer empregos para a região... Que empregos? Qual é a grande fábrica, a grande indústria que vai ser instalada lá? Me digam se vai ter empregos qualificados? Vai ter empregos que poderia ter em outro lugar, poderia ter em outras regiões, com planejamento, não colocar mais de duas mil moradias num lugar que não tem avenida duplicada, por que não colocam aqui na zona norte? É porque querem fazer um bairro sequestrando uma área do meio ambiente, é um bairro particular, igual a esse que estão fazendo aqui no Cristal. Agora a modinha é isso - desculpem a palavra -, é modinha. Quem tem dinheiro, vai ter alguma coisa, quem não tem, vire-se. Para concluir, nós deveríamos respeitar mais a história de Porto Alegre. Os indígenas chegaram primeiro; aqui, o centro histórico é território indígena, para quem não sabe. Isso é respeitado? Isso é respeitado? Pela extrema direita, não é. Mas nós vamos ainda fazer muita luta, para ver o momento em que os povos originários em Porto Alegre vão ser respeitados. E eu falo nesta tribuna como neto de indígena, indígena guarani das Missões, de onde eu vim, catuípe, lá também houve extermínio, houve genocídio e agora nós vivemos o extermínio moderno, que é expulsar as pessoas do território, expulsar, tirar eles. Mas nós não vamos nos calar, porque nós estamos aqui e aqui nós vamos ficar fazendo a resistência em defesa dos que não conseguiram o respeito em legislação. Nós vamos continuar lutando nesta Porto Alegre para respeitar os povos originários. Por isso eu peço o voto e a sensibilidade, nesta emenda, dos colegas vereadoras e vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): REJEITADA** a Emenda nº 07 PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, vereadoras e vereadores. Nós já falamos aqui, e as vereadoras e os vereadores foram exaustivos na questão da importância das emendas - a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, quando esteve nesta Casa, e, em Brasília, como deputada federal, nos auxilia neste momento e tem a mesma posição -, mas, há pouco, se falava na barbaridade que o projeto é em relação aos povos originários. Os indígenas que ali habitam, com todo direito, resgatam uma história que tem mais de três séculos. Esta emenda do PCdoB, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, é extraordinária. Por quê? Porque ela traz um outro lado também muito importante que foi referido aqui, um dado histórico. Histórico. A sede da Fazenda do Arado, que era a residência oficial do Sr. Breno Caldas, filho do fundador do grupo Caldas Júnior no século XIX, é uma casa - a conheço por fora e de fotos internas -, que traz todo o conceito da maior beleza, estilo clássico da arquitetura moderna no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Ali deveria ser algo para visitação pública, como se fosse um centro de memória histórica da região. Então, nós temos, neste projeto, três aspectos brutalmente atacados aqui, o que não se pode aceitar. O primeiro, já falei, é a questão ambiental. Ambientalmente é um verdadeiro desastre este projeto. Nós temos mata nativa singular, especial, ali, que será completamente destruída. A questão da orla é um desastre. O outro aspecto é o aspecto da maior relevância: dos povos originários, dos indígenas que ali habitam e resgatam uma história, repito, que tem mais de 300 anos, mais de três séculos. O terceiro é este que o PCdoB enfatiza agora: o histórico. O histórico, porque ali é uma questão cultural e histórica a ser preservada e a ser remetida ao acesso público, para que as pessoas conheçam esses aspectos da arquitetura, da história da região, e ali possa ser um centro de memória para a população moradora do bairro até mesmo as questões específicas dos povos originários que são também daquela região. Por isso fica aqui, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, companheiros do PCdoB, companheiras e companheiros da oposição, queridos colegas vereadores e vereadoras, minha prezada Fernanda Melchionna, o nosso encaminhamento no sentido de aprovar a Emenda nº 08, que é absolutamente necessária a este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Esta foi uma emenda solicitada pela população, é uma população do Belém. É importante iniciar falando isso,

para que não pareça desconexo, até porque quem nos ouve, quem nos assiste, deve ter percebido que, em sete oportunidades, agora, nesta manhã, fomos derrotados. Foram sete oportunidades de minimizar o impacto violento naquele espaço; sete oportunidades em que nós propusemos mudanças que impactariam de forma muito propositiva na comunidade e também no espaço, principalmente pensando na preservação e, nessas sete oportunidades, nós fomos derrotados. É óbvio que, se não houve o avanço, se não houve sequer o desejo de questionar e construir nessas sete oportunidades, compreendemos bem quais são os interesses para aquele espaço. Isso tem que ficar muito evidente aqui no nosso debate. Isso precisa ficar muito explícito, aliás, para que não se confundam aqueles que querem propor soluções e aqueles que, em detrimento da especulação imobiliária, entregam, desta forma, um espaço onde nós temos a preservação do patrimônio cultural indígena, da história, da memória da cidade e, de fato, só querem fazer grandes construções e não pensam em mais nada. A justificativa desta emenda, eu faço questão de fazer a leitura aqui (Lê.): “O local da Fazenda do Arado é considerado pela população de Porto Alegre um patrimônio cultural do bairro de Belém Novo. Além disso, o espaço também é morada de comunidades indígenas. Sendo assim, o empreendimento que operar no espaço deve estruturar estratégias de preservação da história e da cultura, tendo como público-alvo prioritário a população do bairro.” Tudo o que nós não temos visto nesses últimos sete debates dessas emendas. O desrespeito é tamanho e a forma como isso se organiza, mais uma vez, resalto, em detrimento da especulação imobiliária no espaço, evidenciam quais são as estratégias de manutenção para que esse processo e para que este projeto se deem de forma objetiva, sem pensar no cuidado e na preservação. Esta é uma emenda que fala da memória, do patrimônio cultural, da história dessa área, tendo como garantia o acesso para a população, o acesso gratuito. Então, mais uma vez, subo a esta tribuna para tentar sensibilizar minimamente aqueles que não estão muito preocupados, e isso, evidenciado por toda esta manhã de debates, fica muito objetivo, fica muito claro quais são as estratégias e quais são os interesses. Caso contrário, nós teríamos avançado; caso contrário, nós teríamos minimamente tido ganhos naquilo que se fala do cuidado, da preservação. Cercear, delimitar, colocar nessa perspectiva de uma construção da retenção do acesso da população para esses espaços é, sim, fazer com que nós tenhamos a compreensão real de que este projeto é um projeto que, de fato, destrói a memória cultural, destrói o patrimônio, delimita, cerceia, sim, o acesso da população, e beneficia aqueles que estão pagando pela área, privatizando inclusive o que a gente tem de mais caro em tudo isso, Ver. Pedro Ruas. É a memória histórica de um povo que já vem sendo silenciado há muito, mas, agora, aqui, nesta Casa, vem esta última mão pesada da especulação imobiliária, dessas grandes construções, fazer referência a isso, olhando para nós que defendemos aquele espaço, defendemos a população, olhando para nós e dizendo: de fato, isso não vale nada. Olham para essa comunidade e retiram, de todo histórico, dessa memória cultural, retiram uma possibilidade de um avanço, porque é isso que fazem há mais de 500 anos neste País: o genocídio dos povos indígenas não fica distante da prioridade da construção desse espaço, neste momento, na Fazenda do

Arado. É lamentável que estejamos diante dessa barbárie, mas é isso que o governo tem priorizado. Fiquem atentos a isso.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB):** Bom dia, Presidente Comandante Nádia; bom dia a quem está assumindo os trabalhos agora, o Presidente Márcio Bins Ely; bom dia, vereadores e vereadoras, e a todos que nos acompanham na rede social e na TVCâmara. Gente, eu não sou muito de subir aqui na tribuna, mas eu ouço muitas inverdades quando algumas pessoas sobem aqui. Sou morador do Extremo-Sul desde 1975, e eu acho que, entre todos os vereadores que estão neste ano aqui, eu sou o cara que mais conheço lá. Eu não conheço de cima de caminhão do Simpa, eu não conheço por livros, eu conheço a região caminhando, pedalando e andando. O Extremo-Sul começa na Hípica e termina lá no Canta Galo, e eu conheço toda a região. Estive conversando com um amigo, o Seu Álvaro, que mora no Arado Velho, o tio Cesinha, que é neto do Malaquias. Quem é o Malaquias? O Malaquias é um dos primeiros habitantes do Arado, da Ponta do Arado. O Malaquias, a família do tio Cesinha, vendido pelo avô dele, que era morador, eles venderam para o Breno Caldas. O Breno Caldas veio depois e, pela conversa que eu tive com o tio Cesinha, nunca teve índio no Arado. Nunca! Teve índio aqui? Aqui também teve índio, se é para dizer isso, para falar sobre índio. No Morro da Cuíca teve índio também, porque antes de 1.500 poderia ter, mas, no Arado, nunca teve índio. Existem histórias que eu vou contar futuramente sobre o Arado. Eu queria dizer para vocês que foi feito um empreendimento na Av. Juca Batista, há dois anos e pouco, o condomínio Figueiras 1, 2 e 3, o qual foi feito por um engenheiro, que foi vereador desta Casa aqui. Foi ele que encaminhou o projeto, por uma emenda federal. Não teve estudo, desmataram lá, uma baita de uma área de maricás, para fazer essa obra; não fizeram viabilidade urbana; não fizeram nenhum tipo de viabilidade na região. Hoje, o nosso mandato está tentando, junto à EPTC, melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nos arredores. Por que? Porque ali é um local onde botaram 1.080 famílias. Ninguém discutiu aqui sobre esse empreendimento. Ou discutiram? Não! Porque era um projeto de um vereador do PT. E aí? Está lá: é acidente, é gente morta, acidente de carro, bem em frente uma escola. Tem uma escola naquele local. E aí gente? Não discutiram. Teve, também, em 2002, quando foi fundado o Terra Ville. Bom para a região, mas era no tempo do governo do PT. Também não foi discutido. O prefeito, na época, era o Tarso Genro, antes, era o Raul Pont. Discutiram? Onde estão as contrapartidas da época? Não foi feito. E aí? Mas hoje o Terra Ville dá 500 empregos diretos na região, movimentando toda a economia do bairro, e isso ninguém reclama. Essa tribuna aqui é sagrada, gente. Para subi, aqui, a gente tem que ter conhecimento. Hoje, o Arado está lá. E digo para vocês: conversei com 200 pessoas

quase, fiz uma pesquisa, falei com o Oliboni e o Oliboni me falou: “Gilson, faça uma pesquisa”. Eu fui, na rede social, e fiz uma pesquisa: 95% da comunidade - quem tem que decidir alguma coisa são aos moradores da região, o comércio local, os empresários de lá, quem precisa - é a favor. Existe meia dúzia que são contra. Então, gente, tem muita história para gente debater aqui sobre o Arado. Eu até às vezes fico meio triste, porque os vereadores que me provocam para vir aqui debater acabam, na hora, saindo do plenário. Mas eu digo para vocês: eu conheço a história. Hoje, tem os índios lá na Ponta do Arado. E aí? Onde está a fauna da região? Comeram tudo. Não tem gambá, não tem graxaim, até os bugios estão sumindo de lá. Por que? Então, é isso, gente, tem que começar a conhecer mais a região. Para falar de Belém Novo, tem que andar lá, tem que conhecer. Fui hostilizado numa reunião no Copacabana que foi feito pelos vereadores da esquerda. Eu fui lá e fui hostilizado pela comunidade local, porque incentivaram a comunidade para acabar hostilizando o vereador que estava lá presente. Então, eu conheço, e, se for para debater sobre a região, falem comigo. Um abraço a todos e obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores. Que beleza escutar o Ver. Gilson Padeiro, que acabou de sair da tribuna, um vereador que tem uma forte ligação com o Extremo-Sul, que não é de continha, não é só de conversa, ele tem caminhada lá dentro, ele conhece as pessoas, poderia dizer, Ver. Gilson, pelo nome, tanto o pai, como a mãe e os filhos, quiçá, os netos - não vou botar os netos para o senhor não fica tão velho aqui -, pois, efetivamente, está lá dentro e conhece a importância, Ver. Cassiá, de ter, naquele espaço, um espaço que abra os olhos das pessoas, que abra a mente, que dê empregos e que dê condições, para que o Extremo-Sul seja referência na nossa Porto Alegre. Eu fico abismada com alguns vereadores que aqui sobem e fazem ameaças. Nunca tinha visto na outra legislatura ameaças, Ver. Cecchim, uma forma torpe, baixa, de fazer o diálogo e fazer as discussões necessárias, sem falar que nada engrandece o projeto que nós estamos falando aqui hoje. Por certo, são vereadores que não trazem nada de novo e que não fazem as mudanças necessárias para o Extremo-Sul, mas são vereadores que muitas vezes aprovam, aplaudem e encaminham invasões; invasões essas que não deveriam estar acontecendo, porque a cidade cresce desordenadamente. Agora, a partir do momento em que se dá possibilidade para as pessoas terem as suas casas, terem seus empregos, dizem não. Muitos aqui gostam de dar a cesta básica; nós gostamos de dar a dignidade para as pessoas terem a sua moradia e terem seu emprego, pois esse é o

melhor projeto social. Quero dizer para o nosso querido secretário do meio ambiente que está aqui que o senhor é sempre é bem-vindo; aliás, todos os secretários são bem-vindos nesta Casa. E um vereador disse que não sabia o que o secretário estava fazendo aqui. Ele está aqui para dirimir dúvidas de alguns vereadores, está aqui para acompanhar o processo... Aliás, a Ponta do Arado é um processo que se arrasta desde a legislatura passada, ocasião em que nós conversamos, discutimos, fizemos audiências públicas, subimos nesta tribuna e exaustivamente conversamos sobre a Ponta do Arado. Mas, infelizmente, como eu sempre falo, vereadores que não aceitam a democracia, quando perdem o jogo, recorrem ao Poder Judiciário, pedindo uma liminar para que tudo seja refeito. Aqui, além disso, é interessante a gente falar que tem vereador que é tipo pau de enchente. Tem gente que não conhece essa expressão, mas é aquele que vai parando. O curso d'água tem que ser fluido, deixa a água correr, deixa as coisas acontecerem, mas tem vereador aqui que é pau de enchente. A respeito dos índios, eu fico muito tranquila também de falar. Porque os índios não estavam lá, os índios foram colocados lá; colocados, aliás, por um partido político, para que ficássemos aqui falando de parque, de circo, de parque arqueológico. Aliás, todo o Brasil seria um sítio arqueológico. Os índios estão lá com uma forma muito ruim. Quando era o Secretária de Desenvolvimento Social, pediam água, pois não tinha água, as crianças estavam sem estudar, faltava comida, roupa. Foram levados e jogados lá de qualquer forma. Aliás, estavam em uma aldeia, bem colocados e foram retirados e jogados lá, literalmente, sem remédio, sem água potável, sem comida, crianças sem escola, e tudo por quê? Para que o progresso não aconteça. Mas, enfim, tenho certeza que nós iremos aprovar este projeto. Mais uma vez, a Ponta do Arado entra novamente para aprovação aqui, e espero que os vereadores que perderem, pelo menos, tenham a hombridade de dizer que a democracia ganhou, que a maioria dos vereadores ganharam, e que não recorram ao Judiciário, porque é outra instância, outro poder. O Poder Legislativo tem um poder harmônico e independente do Judiciário. Muito obrigada, é sim para o projeto, é sim para mensagem retificativa, e não para esta emenda.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 8, destacada, ao PLCE nº 24/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA** a Emenda nº 08 ao PLCE nº 024/21.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom dia, Presidente; colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste. Quero dizer que eu sou moradora da Zona Sul e conheço muito bem Belém Novo também. Estive na audiência pública, estava aqui na legislatura passada em que foi rejeitado, por duas vezes, este projeto. Participei da reunião lá na Fazenda Arado Velho onde nos foi apresentado o projeto. A grande preocupação que eu tinha era com relação às contrapartidas deste projeto. Eu acho que o projeto é bom, é meritório, ele gera empregos, ele oportuniza mais de 2 mil empregos diretos, ele beneficia o comércio local, a gente sabe que é um comércio que hoje está precário, que precisa principalmente, depois da pandemia, ser aquecido, e eu acho que esse empreendimento vai trazer oportunidade para aquela região, vai revitalizar praças, a parte da orla. Então, é um projeto bom, é um projeto meritório, mas me preocupa muito a questão das contrapartidas. Nessa reunião em que eu estive presente lá na fazenda, um dos meus questionamentos foi o que aconteceria com relação às estações de tratamento de água e esgoto, porque nós teremos mais de 2 mil residências naquele espaço. Foi doado para o Município uma área de 5 milhões onde está sendo oportunizado a estação de tratamento de água; a estação de esgoto também está sendo regulamentada e vai acontecer para essas residências também. E nós temos a questão no projeto dos postos de saúde que seriam revitalizados. Então, a nossa emenda ela só altera uma palavra na reforma desses postos saúde: “Reforma e amplia”, ou seja, a ampliação dos postos vai oportunizar a essas famílias que lá estarão morando, porque nem todos têm condições de ter plano de saúde. Nós precisamos que o SUS possa ter esse atendimento para essas famílias. Então, eu peço aos meus colegas que aprovem esta emenda porque ela vai facilitar o atendimento desta população do Extremo-Sul, de Belém Novo com a ampliação da estrutura física das unidades de saúde de Belém Novo situada na Rua Florêncio Farias e na unidade Paulo Viaro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Cassiá está com a palavra.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Só uma observação, não quero nem corrigir a vereadora, mas não foi rejeitado duas vezes. Houve algumas impugnações até fazer audiência pública, só isso. Para haver uma correção, mas a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, no mais, tudo *O.k.*, só quero colaborar com ela.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Feito o registro, Ver. Cassiá Carpes.

O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB):** Quero saudar o Presidente Cecchim; saudar os vereadores e vereadoras e a todos que nos assistem na TV Câmara e nas redes sociais. Quero falar mais um pouquinho da Fazenda Arado Velho. A Ponta do Arado são 426 hectares, vão ser usados para construção 198 hectares e vão ser preservados 228 hectares. Então, a gente pode dizer que todos os banhados, as áreas ambientais vão ser, vão continuar sendo protegidos; a praia também, ali naquela parte, e é isso aí. Quero parabenizar aqui a emenda da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, e quero dizer para ela que vou conversar com a minha bancada, e nós vamos apoiar a emenda, aumentando o posto de saúde da região ali. Um abraço a todos. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 024/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Queria aproveitar este momento de discussão desta emenda que poderá qualificar os serviços de saúde na região. Contudo, quero destacar que nós estamos aqui hoje com os agentes de saúde, que conhecem bem o território, caminham, circulam, são as pessoas que fazem a saúde na Atenção Básica acontecer. Eles vão nas casas das pessoas, conversam, tive a oportunidade de morar quatro anos no Lami, Ver.<sup>a</sup> Claudia, na Parada 21, loteamento Ester. Muito ruim ir de ônibus, saneamento não tem, não tínhamos energia elétrica, fizemos uma luta, uma luta que durou 10 anos para nós conquistarmos energia elétrica nas três ruas principais, depois aumentou, loteamentos vão aumentando, mas ainda a saúde lá não ampliou, na Zona Sul, a saúde não. Amplia muito a população, já ampliou muito a população do Extremo-Sul, e a saúde é a mesma. Eu acho que independentemente do projeto – independentemente do projeto –, o secretário de saúde tem que fazer uma peregrinação e conhecer as estruturas de lá, isso é um convite. Os agentes, com certeza, vão em todos os lugares mostrar os gargalos da saúde que, há muito tempo, não têm reposição de quadros. Não tem reposição; teve terceirização. E agora vai ter menos agentes de saúde, um território muito grande, lá é um dos territórios que mais precisa de agentes para poder percorrer e fazer com qualidade o SUS. O SUS se faz com pessoas de carne e osso, o SUS não são documentos, não são intenções; são pessoas reais com conhecimento em saúde levando saúde na casa das pessoas. Até porque os postos de saúde da região são muito distantes, se a pessoa não tem um carro, ela vai ter que pegar ônibus, e o ônibus piorou muito na pandemia. Então, o acesso à saúde no Extremo-Sul tem que ser dito aqui: está mais restrito do que estava antes da pandemia, sem contar que não temos dentistas, não temos dentistas em muitos postos de saúde. Isso tudo precisa mudar. Onde mais que se precisa de serviços de odontologia? Principalmente nas periferias em que as pessoas não têm dinheiro para pagar uma consulta privada, não têm nem emprego. Fala-se muito em progresso, progresso, mas, depois de construídas as casas não vai ter mais emprego. Quais são os empregos reais permanentes que estão dizendo que vão ter? Eu acho que, talvez, se realmente a gente tivesse a ampliação da

saúde na região, talvez tivéssemos empregos permanentes, mas o prefeito está querendo tirar os empregos dos agentes, quer demitir mais de cem, está demitindo, todo dia tem demissão. O secretário tinha um compromisso de não demitir e continua demitindo, as pessoas aguardam no pré-Natal. Olha o Natal que estão dando para os agentes de saúde; e aqui a gente está promovendo a ampliação da saúde. Acho que tem muita contradição, desencontro, acho que o governo precisa reunir e se encontrar com a cidade, se encontrar com as pessoas que produzem saúde.

Então eu deixo aqui este registro, o meu voto será favorável a esta emenda, e vamos lutar para que ela seja implementada, vamos cobrar, vamos fiscalizar. O dever de um parlamentar é fiscalizar o Executivo, pode até votar com o Executivo, Presidente Cecchim, já votei, semana passada, votei no projeto da educação aqui, a gente vota, quando o projeto é bom, a gente vota; e, quando a coisa é ruim, a gente está contra, e também fiscaliza. Então, eu peço que aprove esta emenda, ela vai ser importante, vai ser qualificadora, mas ela está em contradição, os agentes vão ser demitidos, de que adianta ampliar o posto? Como é que vai fazer se estão prevendo menos agentes na cidade quando a cidade deveria ter 2 mil, um agente a cada 750 moradores? E nós vamos ter menos de 400, isso é ruim, isso não é positivo e desqualifica o SUS na cidade. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 024/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Matheus Gomes, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** **APROVADA** a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 024/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, registro a intenção da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth votar "sim" à Mensagem Retificativa nº 01.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização do dia de hoje do PLL nº 056/21; e que seja incluído no seu lugar, óbvio que respeitando a prioridade dos anteriores, o PLL nº 172/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos terminar a votação e em seguida iremos apreciar o requerimento do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Matheus Gomes, o PLCE nº 024/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO** o PLCE nº 024/21.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quero agradecer a presença da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde que acompanham os nossos trabalhos e pedir escusas porque estamos com um procedimento de segurança, tendo em vista as ameaças que sofreram os vereadores. Então demorou um pouquinho para o pessoal poder ingressar à Câmara, mas agradecemos a paciência de vocês. Muito obrigado. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 13h01min.)

\* \* \* \* \*